

PT quer oposição unida para 1998

O PT quer ampliar a Frente das Oposições, formada com PSB, PDT e PCdoB, para que, com um candidato de consenso, se consiga derrotar o atual presidente nas eleições de 98. A aliança ainda deverá ser reproduzida nos Estados. "O objetivo é eleger uma grande bancada de oposição na Câmara e no Senado, ganhar governos estaduais e disputar a presidência da República para vencer", esclarece o presidente nacional do PT, José Dirceu, em entrevista concedida no dia 2 de outubro ao *pt* notícias.

Na entrevista, Dirceu conta como estão as negociações com os presidentes dos demais partidos da

Frente, os reflexos do surgimento da possibilidade do ex-ministro Ciro Gomes de disputar a presidência pelo PPS, e os motivos que levaram o Partido a indicar o nome de Luiz Inácio Lula da Silva para discussão da candidatura.

Dirceu comenta também o teor do Programa de Governo que vem sendo elaborado por representantes do quatro partidos. "É uma plataforma de dez pontos e medidas para os cem primeiros dias de governo", adianta. O presidente do PT ainda dá um recado de otimismo ao militante. A entrevista completa está na **página 3**.



ENTREVISTA: Dirceu acredita que candidato único de oposição pode vencer eleição

CUT promove atos em defesa da Previdência

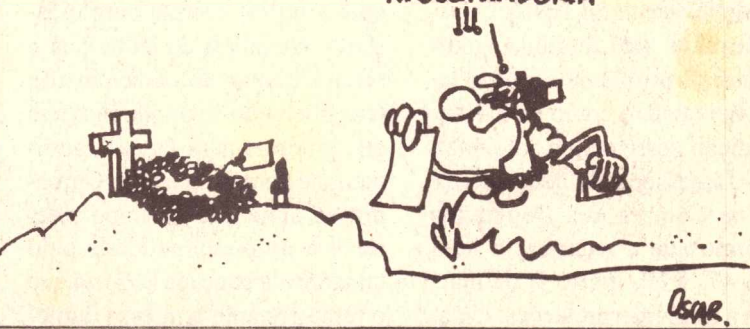
A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fechou uma agenda de mobilizações para pressionar os parlamentares a não votar contra os interesses dos trabalhadores, principalmente na apreciação do projeto de reforma da Previdência. O projeto aprovado quarta-feira, 8, pelo Senado, é, na avaliação do presidente da Central, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, discriminatório.

As atividades são integrantes da Jornada de Lutas em Defesa de uma Previdência Pública e de Qualidade, lançada pela CUT e várias outras entidades no dia 26 de setembro, em São Paulo. No dia 16 deste mês, a Central instará painéis nas principais ci-

dades e capitais do país. Os painéis vão expor o posicionamento dos parlamentares em assuntos que prejudiquem os trabalhadores.

A mobilização também é assunto de matéria sobre o encontro de entidades populares contra o neoliberalismo. O evento será em 6 de dezembro e reunirá pelo menos 10 mil militantes e dirigentes de diversas organizações e partidos políticos. O tema neoliberalismo ainda está na pauta do 6º Encontro da Frente Continental de Organizações Comunitárias, que acontecerá de 30 de outubro a 2 de novembro em Porto Alegre (RS). Essas reportagens estão na **página 4**.

RAIMUNDO!!
SAIU SUA
APOSENTADORIA



Visita de Bill Clinton reflete selvageria do neoliberalismo

O presidente dos EUA, Bill Clinton, chega nesta segunda-feira, 13, ao Brasil, vindo da Venezuela. No dia 15, segue para a Argentina. Sua primeira visita à América Latina em cinco anos de governo tem o objetivo de estabelecer relações comerciais e negociar a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Para o secretário nacional de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, o fato de Clinton vir à América Latina pela primeira vez mostra o descaso da política norte-americana com relação ao continente. "Acontece que, como o comércio norte-americano cresceu brutalmente nos últimos anos, fruto da abertura selvagem que o neoliberalismo foi desenvol-

vendo em nossos países, a América Latina passou a ser interessante ao governo dos EUA", explica Garcia. Ocorre, ressalta o secretário, que os interesses comerciais do governo Clinton no continente têm alguns aspectos inquietantes. "Os EUA querem promover o rearmamento na América Latina e é de fundamental importância que haja rejeição da opinião pública latino-americana, principalmente dos países que Clinton vai visitar, a isso. Não nos podemos esquecer da experiência dos últimos 30 anos na região, lembrando que as armas foram utilizadas contra o povo", alerta.

Outro aspecto da visita de Clinton destacado por Garcia é

o interesse do presidente norte-americano de estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). "Clinton quer, obviamente, com essa aproximação, pressionar o Congresso de seu país para obter mais rapidamente o *fast-track*, uma via rápida para poder negociar o Alca e outros acordos desse tipo", argumenta. "Se o Alca for estabelecido, na velocidade que os EUA querem, poderá significar uma quebra generalizada de diversos setores da economia no continente", sublinha. A vinda de Clinton, julga Garcia, tem como fundamento quebrar as resistências que existem à implementação da Alca.

As reações às declarações do Departamento de Comércio

embaixador americano sobre o Brasil, para Garcia, são procedentes, porém em função da "frouxidão" com que o governo FHC respondeu a elas. "Os comentários sobre a corrupção existentes aqui são verdadeiros, o inaceitável é que um governo dos EUA se permita fazer um comentário desse, até porque não é improvável que cidadãos e empresas norte-americanas, quem sabe até seu próprio governo, participem dos mecanismos de corrupção na condição de corruptores ativos", destaca. "Isso foi uma grosseria tão grande como se o governo brasileiro recomendasse às funcionárias não se aproximarem de Clinton por causa da possibilidade de assédio sexual", compara.

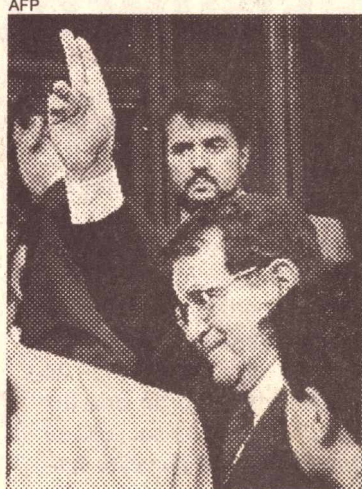
Primeiro-ministro italiano renuncia

A discordância da Refundação Comunista (RC) com a proposta de cortes orçamentários para o ano que vem levou o primeiro-ministro da Itália, Romano Prodi, a renunciar à chefia de governo na última quinta-feira, 9. Cai, assim, o gabinete do primeiro governo de centro-esquerda da história italiana, eleito em 21 de abril do ano passado, numa coalizão que teve como base o Partido Democrático da Es-

querda (PDS, em italiano), antigo Partido Comunista.

O apoio da Refundação Comunista era fundamental para a governabilidade, já que a aliança, batizada de Arco da Oliveira, não atingiu maioria no Parlamento.

O RD vetou os cortes do orçamento propostos por Prodi, exigindo que não se tocasse nos fundos de pensão e nos planos de assistência médica e reivindicando jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução



Prodi na saída do Parlamento

dos salários. O premiê italiano não cedeu nesses pontos,

argumentando que eram imprescindíveis para continuar com o saneamento financeiro do país e permitir seu ingresso na união monetária europeia, em 1999.

Na **página 2**, o professor universitário Roberto Vecchi, membro do núcleo do PT de Bolonha, analisa o assunto e preconiza que o episódio abre uma fratura profunda nas relações próximas e futuras das forças da esquerda italiana.

Lei Eleitoral vai facilitar reeleição

"A nova Lei Eleitoral aprovada em 25 de setembro não contém a democracia necessária para garantir um pleito com um pouco mais de equidade. Entretanto, é o reflexo da correlação de forças da atual Câmara dos Deputados." A opinião é do deputado federal João Paulo Cunha

(PT-SP), que, em artigo na **página 2**, explica os pontos principais da lei, destacando, contudo, que, apesar de o texto aprovado sair muito longe do que seria necessário, o Bloco das Oposições (PT, PDT, PCdoB) impôs uma derrota aos conservadores, ao retirar do cálculo do quociente eleitoral os votos

em branco. "A Lei certamente vai facilitar a reeleição de FHC", pensa o parlamentar.

Na mesma página, o *pt* notícias apresenta quadro com o tempo no horário eleitoral gratuito no rádio e TV para cada partido e candidato, segundo cálculos da assessoria da liderança do PT na Câmara. O tex-

to da Lei deixa dúvida quanto ao critério de distribuição de uma parcela do tempo. Um terço do tempo será distribuído igualmente, de acordo com a Lei. Mas ela não esclarece se a divisão será por partido ou candidato. Cada critério leva a resultados diferentes.

CHE 30 ANOS



O Nascedor

Por que será que o Che tem este perigoso costume de continuar nascendo? Quanto mais o insultam, o manipulam, o atraioam mais ele nasce. É o mais nascedor de todos.

Será que é porque o Che dizia o que pensava e fazia o que dizia? Será que é por isso que ele continua tão extraordinário, em um mundo onde as palavras e os atos tão raramente se encontram, e quando se encontram não se cumprimentam, porque não se reconhecem?

EDUARDO GALEANO

eleições

A nova Lei Eleitoral

Foi aprovada no dia 25 de setembro a Lei Eleitoral que regulamentará as eleições do ano que vem e, provavelmente, as próximas. Não é uma lei com a democracia necessária para garantir um pleito com um pouco mais de equidade. Entretanto, é o reflexo da correlação de forças da atual Câmara dos Deputados.

Destaco dois pontos extremamente positivos surgidos durante o processo de debates e de votação da referida lei. Primeiro foi a introdução na agenda dos debates de temas que têm significado importante para a democracia e que inevitavelmente estão dentro de uma reforma política mais profunda. Refiro-me ao financiamento público de campanha. Sem dúvida nenhuma, qualquer país que quer aperfeiçoar a democracia, proporcionar uma disputa com mais igualdade e eleger cidadãos com independência terá que adotar o financiamento público. Isso não é a invenção da roda: dezenas de países já adotam esse procedimento. O Brasil já passou por diversas experiências trágicas com respeito ao financiamento de campanhas. O segundo ponto a ser destacado foi a derrota do bloco conservador da Câmara dos Deputados (PSDB/PFL), que possibilitou simbolicamente apresentar à sociedade que eles

não são imbatíveis. Precisamos destacar o papel importante do PT, tanto na introdução de temas importantes como na articulação que permitiu alguns avanços e a contenção de retrocessos por parte do governo FHC.

O que foi aprovado, insisto, ficou muito longe do que gostaríamos. Mas, impusemos uma derrota aos conservadores ao retirar do cálculo do quociente eleitoral os votos em branco. E, apesar de o Senado ter procurado suprimir este artigo, os deputados mantiveram o texto da Câmara. Este resquício do autoritarismo permitia que, ao final da apuração, os grandes partidos fossem beneficiados.

Os aliados do governo ganharam em vários itens da nova lei, entre eles, gostaria de citar, o ressarcimento fiscal para as emissoras pela cessão do tempo do horário eleitoral - propusemos sua supressão, mas foi mantido; proibição do uso de cenas externas nas inserções do horário eleitoral - também neste artigo os aliados do governo no Senado Federal tentaram ampliar a proibição para os programas em bloco, mas foram derrotados; contribuição financeira de pessoas jurídicas e a proibição do financiamento público já para 98 - a aprovação destes itens aliados à ausência de teto para os gastos

em campanha contribuem com a desigualdade na disputa eleitoral e impedem a possibilidade de institucionalização de um processo mais democrático.

Por outro lado, se é verdade que o governo não ganhou em outros itens, também é verdade que ele não perdeu. Prevaleceu, aí, uma posição intermediária. O governo não queria nenhuma regra para o uso da máquina. Foi mantida uma regra mínima proibindo nos três meses que antecedem a eleição, entre outras, o seguinte: realizar publicidade em ano eleitoral que exceda à média dos três últimos anos, ou do ano anterior às eleições; veicular publicidade institucional, exceto dos produtos e serviços sujeitos a concorrência de mercado ou em caso de grave e urgente necessidade pública a critério da Justiça; e fazer pronunciamento em cadeia de rádio e TV.

Um outro item em que prevaleceu uma posição intermediária foi quanto ao tempo de campanha e ao horário eleitoral gratuito. O governo queria 60 dias de campanha e 30 de horário na TV. Foi aprovado 90 dias de campanha e 45 de rádio e TV. No critério de distribuição do tempo no horário eleitoral gratuito prevaleceu o tamanho da bancada na posse.

HORÁRIO GRATUITO NA TV - DISTRIBUIÇÃO DIÁRIA			
CARGOS	DIAS DA SEMANA	TEMPO DIÁRIO (*)	CRITÉRIOS
Presidente	Terças, quintas e sábados	das 13h às 13h25 e das 20h30 às 20h55	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara na posse
Deputado federal	Terças, quintas e sábados	das 13h25 às 13h50 e das 20h55 às 21h20	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara
Governador	Segunda, quarta e sexta	Das 7h às 7h20 e das 20h35 às 20h55	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na
Senado	Segunda, quarta e sexta	Das 13h20 às 13h50 e das 21h10 às 21h20	Câmara Proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara
Deputado estadual e distrital	Segunda, quarta e sexta	Das 13h20 às 13h40 e das 20h50 às 21h10	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara
Prefeito	Segunda, quarta e sexta	Das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21h	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara
Vereador	(*)Terças, quintas e sábados	Das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21h	1/3 igualmente e 2/3 proporcionalmente ao n° de representantes na Câmara

(*) Mais 30 minutos diários a serem usados em inserções de até 60 segundos, distribuídas ao longo da programação, dividido em partes iguais para utilização nas campanhas majoritária e proporcional. Nas eleições municipais este tempo será utilizado exclusivamente para a campanha dos candidatos a prefeito e vice-prefeito. Não poderão ser utilizadas cenas externas nas inserções.

A Lei certamente vai facilitar a reeleição de FHC, apesar de não ser determinante. Além disso, o governo quer aprovar o projeto que acaba com o segundo turno das eleições, dando mais uma ajuda à reeleição de FHC, sem o

desgaste do segundo turno.

Como dissemos inicialmente, o aprovado foi muito mais do que permitia a correlação de forças existente. E foi, sem dúvida, resultado da nossa atuação em todo o processo de discussão, não só ao

apresentarmos um projeto de lei mais democrático, como também o de negociarmos com os mais diversos setores na Câmara dos Deputados.

JOÃO PAULO CUNHA
Deputado federal (PT/SP)

Tempo no rádio e TV está indefinido

A distribuição do tempo para os candidatos, no horário eleitoral gratuito de rádio e TV, obedecerá a dois critérios, segundo a Lei aprovada. Dois terços do tempo serão repartidos proporcionalmente ao tamanho da bancada de cada partido na Câmara dos Deputados na data da posse (1° de fevereiro de 1995). O terço restante será dividido igualmente. O problema é que a lei não deixa claro como será a distribuição desse tempo adicional.

A assessoria da liderança do PT na Câmara dos Deputados informa que a redação do item (art. 47, § 2°, inciso I) dá margem a duas interpretações. Uma, de que o terço restante será dividido pelo número de partidos que

lançam candidato. Outra interpretação possível é de que o tempo seria repartido pelo número de candidatos. A utilização de um critério ou outro leva a resultados diferentes.

Segundo a assessoria, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá decidir nos próximos dias qual a norma correta para o assunto. Na tabela ao lado, veja o tempo diário de cada partido (considerando-se os que atendem aos critérios para lançar candidatos) e para cada cargo. O quadro só apresenta o tempo referente à proporcionalidade pelo tamanho da bancada (2/3), já que o terço restante tem essa dúvida. O estudo foi elaborado pela assessoria da liderança.

PARTIDO	BANCADA (94)	%	PRES.	GOV.	SENADOR	DEP. FEDERAL	DEP. ESTADUAL
PV	1	0,20%	4 seg.	3 seg.	1 seg.	4 seg.	3 seg.
PRP	1	0,20%	4 seg.	3 seg.	1 seg.	4 seg.	3 seg.
PPS	2	0,39%	7 seg.	6 seg.	3 seg.	7 seg.	6 seg.
PSC	3	0,59%	12 seg.	9 seg.	4 seg.	12 seg.	9 seg.
PSD	3	0,59%	12 seg.	9 seg.	4 seg.	12 seg.	9 seg.
PMN	4	0,78%	15 seg.	12 seg.	6 seg.	15 seg.	12 seg.
PCdoB	10	1,95%	39 seg.	31 seg.	15 seg.	39 seg.	31 seg.
PL	13	2,54%	51 seg.	40 seg.	20 seg.	51 seg.	40 seg.
PSB	15	0,98%	58 seg.	46 seg.	23 seg.	58 seg.	46 seg.
PTB	31	6,05%	2 min. 1 seg.	1 min. 36 seg.	48 seg.	2 min. 1 seg.	1 min. 36 seg.
PDT	34	6,64%	2 min. 12 seg.	1 min. 46 seg.	53 seg.	2 min. 12 seg.	1 min. 46 seg.
PT	49	9,57%	3 min. 11 seg.	2 min. 33 seg.	1 min. 16 seg.	3 min. 11 seg.	2 min. 33 seg.
PSDB	62	12,11%	4 min. 2 seg.	3 min. 13 seg.	1 min. 36 seg.	4 min. 2 seg.	3 min. 13 seg.
PPB(PP/PRP)	88	17,19%	5 min. 43 seg.	4 min. 34 seg.	2 min. 17 seg.	5 min. 43 seg.	4 min. 34 seg.
PFL	89	17,38%	5 min. 47 seg.	4 min. 38 seg.	2 min. 19 seg.	5 min. 47 seg.	4 min. 38 seg.
PMDB	107	20,90%	6 min. 18 seg.	5 min. 34 seg.	2 min. 47 seg.	6 min. 18 seg.	5 min. 34 seg.

2ª coluna: n° de deputados eleitos em 94; 3ª coluna: % de tempo segundo a bancada; demais colunas: tempos aproximados para presidente, governador, senador, deputado federal e estadual.

internacional

Itália: as esquerdas no outono que espoliou a Oliveira

Foram dez dias onde a morte anunciada do primeiro governo de centro-esquerda da história italiana esvoaçou como um espectro incumbente sobre todo o povo das esquerdas. Acabando por materializar-se numa fatura profunda que só não pôs fim aos quinhentos dias de governo progressista mas preencheu uma página destinada a marcar - e profundamente - todas as relações próximas e futuras das forças da esquerda italiana.

O Arco da Oliveira conseguiu em 21 de abril do ano passado ganhar as eleições contra a direita através de um acordo com RC (Refundação Comunista) que garantia o apoio externo ao programa da coalizão progressista. Os resultados dessa convergência, não imunes de tensões dialéticas, foram, de acordo com indicadores internacionais, dos melhores das últimas legislaturas: arrastamento da inflação, saneamento drástico da dívida pública, relance dos planos de desenvolvimento e de ocupação, aproximação dos padrões econômicos previstos por Maastricht para a admis-

são, a partir de checagem marcada para 98, na moeda única. A influência por fora da RC na consecução dessas metas foi essencial: ela contrabalançou as forças moderadas da aliança consolidando o esforço do principal partido da coalizão, o PDS (Partido Democrático da Esquerda) para manter uma linha de equidade sobretudo no que diz respeito às questões sociais, ou no grande assunto que está sendo debatido, ou seja a reforma do Estado social, numa perspectiva progressista.

O encanto se quebrou no limiar de um outono que se prenuncia cheio de incertezas e pontos obscuros por causa do endurecimento das posições de RC. O detonador da crise foi a apresentação em finais de setembro do projeto de lei orçamentária que devia representar a última etapa do caminho para a Europa. No fundo, o primeiro-ministro, Romano Prodi, definiu o mais leve programa de cortes e redução de despesa pelo menos dos últimos 5 anos: quase um terço da lei orçamentária do ano

passado, aprovada também com o voto de RC. As dimensões da intervenção estavam inclusive abaixo do documento de programação que a maioria - e RC incluída - tinha favoravelmente aprovado nos meses passados. Ainda por cima, o Governo conseguiu, em setembro, um resultado absolutamente inédito: o consenso convergente de todas as partes sociais - sindicatos e indústrias - sobre a quantidade e a qualidade da ação econômica. E talvez aqui reside a causa principal do ressentimento dos neocomunistas: o fato de que o sindicato, em particular a sua ala de esquerda, a CGIL, que representa uma das bases principais de RC, tenha aprovado a manobra antes do sinal aberto do partido. Erro tático do governo, delírio de lesa majestade para o fundamental aliado.

Isso desencadeou nos últimos dez dias, que desaguarão na remissão do mandato por parte de Prodi, numa extenuante tratativa de mediação na tentativa de recuperar o apoio da RC. Os principais nós críticos sobre os quais RC avançou mudanças especifi-

cas do texto de lei eram: redução do horário de trabalho para 35 horas semanais sem mudanças salariais, revisão dos impostos para acesso ao sistema de saúde, criação de uma agência para a ocupação do Sul, revisão do plano educacional, suspensão das privatizações, intangibilidade do sistema previdencial das aposentadorias. O governo cedeu praticamente sobre todas as questões, dentro, porém, das compatibilidades financeiras e dos objetivos marcados: as 35 horas planejadas certo, mas dentro de uma lógica europeia (a adoção unilateral prejudicaria a competitividade do País) correspondeu às variações pedidas em termos de impostos de saúde e revisão das privatizações, anunciou a criação da agência para o emprego, reabriu o debate sobre a reforma escolar, garantiu cortes mínimos nas aposentadorias garantindo os direitos previdenciais aos operários e aos trabalhadores dos setores mais pesados. Mas a crise devia eclodir. Em jogo estava algo que transcendia a mera definição da programação econômica. RC viu na queda

do governo, de que se responsabilizou, o espaço residual de consolidação de sua base eleitoral pelo rechaçamento do Arco da Oliveira para o centro em busca de acordos com a centro-direita, a reivindicação de um fio direto de representatividade com as bases trabalhadoras sem os obstáculos de sindicatos progressistas abertos ao diálogo, a possibilidade de fazer seriamente perigar a adesão italiana à perspectiva europeia, de acordo com um autarquismo sempre mal disfarçado pelos neocomunistas.

Enfim, o que prevaleceram foram os cálculos de parte sobre interesses objetivamente coletivos, o mal de sempre da política italiana, mas que dessa vez marcou também, e explicitamente, uma formação de esquerda. Agora a estação que se abre é de incerteza, oscilante entre uma perspectiva imediata de eleições (que o ex-governo invoca, ciente que o eleitorado o apoiaria por causa dos bons resultados obtidos) e um "governíssimo" para a Europa a que se apegam sobretudo os partidos conservadores e que se

deslocaria inevitavelmente o eixo para direita, com boa paz sobretudo de banqueiros e empresários e sonos menos tranquilos das camadas menos protegidas - aposentados, jovens e desempregados - e dos trabalhadores. RC fez uma opção muito clara sobre sua identidade e seu papel: entre esquerda antagonista e esquerda de governo, inclinou para a primeira, abdicando talvez definitivamente das responsabilidades do poder. No fundo, a dilaceração italiana leva à tona o eterno dilema das esquerdas no xadrez democrático: ir até o fundo dentro do sistema ou ficar por fora e criticar como duros e puros? Nesta noite tensa de pessimismo e dúvidas, que encerra a vida do governo de centro-esquerda, a sensação - claramente subjetiva - é que não há mais espaço de escolha e que a partir de agora serão outros, sem esquerda nenhuma, a tutelar os "eventuais" interesses de trabalhadores e excluídos.

ROBERTO VECCHI
Professor universitário e membro do núcleo PT/Bolonha

No próximo número, o **pt notícias** publicará artigo com a posição dos companheiros da Refundação Comunista

expediente

Publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Presidente Nacional do PT: José Dirceu
Secretário Nacional de Comunicação: Oseas Duarte
Jornalista responsável/Edição: Carlos Mercuri (Mtb 19.645)
Redação: Carlos Mercuri e Myriam Luiz Alves

Administração: Ricardo Bimbo
Diagramação: Jorge Mariano
Sede: Rua Silveira Martins, 132 - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Tel.: (011) 233-1313 / Fax: (011) 233-1300 / E-mail: ptbrasil@ax.apc.org
Tiragem: 12 mil Impressão: Artgraf

entrevista

PT vai disputar em 98 para vencer

Para José Dirceu, uma candidatura única de uma Frente mais ampla que a esquerda tem melhores chances de vencer a disputa pela Presidência

Roberto Parizotti



O PT integra, junto com o PSB, PDT e PCdoB, a Frente das Oposições, que vem discutindo o lançamento de um nome para disputar a presidência da República em 98, e a manutenção dessa aliança para os pleitos estaduais. Para o PT, esse é o passo inicial para concorrer com reais chances de vencer no ano que vem. O que está em negociação, hoje, é a ampliação dessa frente. Nesta entrevista, concedida no dia 2 de outubro, o presidente nacional do PT, José Dirceu, conta como estão as conversações.

pt notícias: Qual foi a posição que o PT levou à reunião entre os presidentes dos partidos da Frente das Oposições?

José Dirceu - A reafirmação de que o PT continua sendo o principal fiador de uma aliança entre o PSB, PC do B, PDT e o PT para construir uma frente de oposições mais ampla que a esquerda, com o objetivo de eleger uma grande bancada de oposição na Câmara e no Senado, ganhar governos estaduais e disputar a Presidência da República para vencer. O PT apresentou o nome do Lula para disputar a presidência pelas oposições, porque é o nome mais popular, que tem maior densidade eleitoral, maior experiência, maior liderança no Brasil hoje. O nome do Lula não é nem imposição, nem veto, mas depois que o PPS apresentou Ciro Gomes como único nome que podia unificar a centro-esquerda, não restava ao PT outra alternativa.

pt notícias: Qual foi a reação dos presidentes dos outros partidos? O nome de Ciro Gomes como candidato foi apresentado?

José Dirceu - Ciro não foi apresentado por nenhum partido da Frente. O PDT e o PC do B deixaram claro que o nome do Ciro dividia a Frente. Ao mesmo tempo, não impuseram nenhum veto ao nome do Ciro, embora o PPS não esteja participando da Frente. Não foi apresentado outro nome pelos partidos, nem qualquer um deles se opôs ao nome do Lula..

pt notícias: Após a reunião, o Arraes tem se movimentado, procurou o Ciro, depois o Itamar e agora o Paes de Andrade. Corresponde ao que foi tratado na reunião?

José Dirceu - Corresponde, porque nós queremos disputar setores do PMDB, do PSDB, personalidades da sociedade, pequeno e médio empresariado, as classes médias. A grande diferença que existe entre o PPS/Ciro e a Frente das Oposições é quem vai ser o candidato, qual o caráter e que programa vai dirigir a candidatura. A candidatura do Ciro Gomes tem um programa que não é o das oposições, é um programa de continuidade do governo de FHC. Agora, fazer contatos com o PMDB de Paes

de Andrade, Itamar Franco e Roberto Requião é uma necessidade. Eu acho que os contatos são necessários, e estão sendo feitos pelo Arraes.

pt notícias: Por que o PT resolveu lançar o nome de Lula novamente, para ser apresentado para a Frente?

José Dirceu - O PT decidiu não tirar a candidatura do Lula no Encontro Nacional, exatamente para não permitir que a discussão do programa da Frente se transformasse em discussão de nome. Mas Lula é, sem sombra de dúvidas, o melhor nome que as oposições têm no Brasil. Eu às vezes tenho vontade de gargalhar quando ouço alguns políticos dizerem que precisamos encontrar outros nomes, porque o Lula é um nome que não vai passar do patamar de 23% dos votos, porque ele não vai para o 2º turno e, se for, perde. Primeiro, isso é futurologia. Depois, eu pergunto: quem mais tem 20 milhões de votos no Brasil, fora o Fernando Henrique?

pt notícias: Como ele recebeu essa indicação?

José Dirceu - Ele concorda com a posição do Diretório Nacional. A questão é que a Frente não tem outros nomes, e o cenário político brasileiro vai se polarizando entre Fernando Henrique, Lula, Ciro Gomes e o PMDB. A candidatura de Ciro, por enquanto, está na estaca zero. Nesse cenário, a candidatura do Lula se impõe. E a do Ciro procura se impor. No PMDB, a maioria é governista, embora o partido possa lançar um candidato em sua convenção.

Nesse caso, o Roberto Requião, o José Sney e o Itamar Franco estão na disputa.

Na Frente de Oposições existe uma discussão: o que é melhor, uma candidatura única das oposições, mais ampla que a esquerda, ou três candidaturas? Uma do PMDB, uma da Frente de Oposições e uma, por exemplo, do Ciro com o PPS mais o PV. A posição oficial do PT, no Encontro Nacional, é da defesa de uma candidatura única das oposições; numa Frente mais ampla do que a esquerda.

pt notícias: O PT considera que essa candidatura pode não ter o Lula na cabeça de chapa?

José Dirceu - Se nós vamos participar de uma Frente, nós temos que admitir essa hipótese, ou então, não é Frente. Temos que admitir que os outros três partidos, PSB, PDT e PC do B, têm o direito de apresentar outros nomes. A questão é perguntar se existe esse outro candidato.

pt notícias: A hipótese de o PT apresentar outro nome, se houver mesmo uma resistência ao Lula, está descartada ou não?

José Dirceu - Não. O PT pode apresentar outro nome. Hoje a decisão do Diretório Nacional é que o nome é o Lula, mas não significa que isso é imutável, não por princípio.

pt notícias: E o PPS entraria nessa Frente?

José Dirceu - Depende do PPS. O PPS e o PV têm dito que é preciso formar outra frente, porque a atual é a do não, não tem propostas. Para eles, é preciso haver uma Frente propositiva, uma candidatura propositiva. Eles sempre combateram a Frente de Oposições e apoiaram o governo em questões importantes. E todos sabem que não é verdade que nós não temos propostas. A resposta a essa história de dizer que nós não temos proposta é que apresentamos propostas de reformas Tributária, Previdenciária e Administrativa. Nós somos autores e temos impulsionadas as principais propostas sociais no país. O governo FHC não está mudando a estrutura política do país. O único programa do governo, hoje, é reeleger Fernando Henrique. O governo acabou.

pt notícias: Mas há quem diga que foi o próprio PT que alavancou o nome do Ciro nas reuniões dos intelectuais.

José Dirceu - A candidatura do Ciro Gomes não tem nada a ver com as reuniões que nós fizemos com ele no México, na Costa Rica, no Chile. Membros de todos os partidos importantes de esquerda da América Latina participaram. Mas ninguém participou em nome dos

partidos, e sim em caráter pessoal. Não é verdade que lá foi elaborado um programa. O que houve foi uma proposta de Mangabeira Unger, da qual o PT diverge. Eu me reuni com o Itamar Franco e Ciro Gomes várias vezes no Brasil. Quem quiser usar esses fatos para efeito de luta interna, para dizer que o Ciro Gomes está aí porque eu, Lula, Marco Aurélio e Tarso Genro nos reunimos com ele lá no México, faz a teoria conspirativa da história.

pt notícias: Vocês subscreveram o documento de Marbela?

José Dirceu - Não houve documento nenhum nem declaração política em Marbela. Marbela é a quarta de uma série de reuniões do programa da ONU, o PNUD, promovido para debater alternativas ao neoliberalismo na América Latina, da qual nós participamos como personalidades da América Latina, como convidados. O objetivo era trocar idéias, experiências, aproximar lideranças.

pt notícias: Agora, um pouco sobre as alianças estaduais. Brizola e Arraes estão fazendo exigências para que a aliança nacional se mantenha nos Estados?

José Dirceu - Depende da evolução do quadro político e da nossa capacidade de criar uma dinâmica política em torno da candidatura do Lula. Nós temos que fazer dois movimentos. O primeiro é colocar o Lula na rua. Estamos fazendo uma agenda para ele nas capitais. O segundo é a organização de alianças regionais. Esses dois movimentos podem garantir a unidade da Frente e a candidatura do Lula. É evidente que a aliança nacional passa por alianças regionais: Se o nome do Lula se consolidar, diminui a importância das coligações regionais. Se o nome do Lula não se consolidar e o de Ciro crescer, aumenta a importância das alianças regionais.

pt notícias: E o Espírito Santo?

José Dirceu - O quadro político no Espírito Santo está muito indefinido. O Vítor Buaziz está se filiando ao PV, mas o PT ainda participa de seu governo. É preciso saber qual a posição que o Vítor Buaziz vai adotar frente à candidatura do Ciro Gomes, a postura do PV e do PPS com relação ao PT. Mas a situação eleitoral e política do PT no Estado é muito difícil.

Perdemos lideranças. Mas o partido está organizado em todo o Estado, ainda conta com lideranças importantes. O PSB e o PC do B locais têm uma boa relação com o PT. É possível construir uma alternativa. Não está claro, também, se o Vítor Buaziz vai ser candidato à reeleição.

pt notícias: Na última reunião da Executiva foi tirada uma agenda para o Lula e os dirigentes nas grandes capitais. Eu queria que você explicasse o que se pretende com isso.

José Dirceu - A movimentação do Lula é para levantar a agenda social do país, as questões do emprego, da saúde, da educação, da terra, do fisiologismo e da corrupção do governo. É uma agenda de oposição e de mobilização da sociedade, além da consolidação de sua candidatura.

pt notícias: O que você achou da declaração de Lula, de que aceitaria o Antônio Ermírio no palanque?..

José Dirceu - Achei correta. Já Tarso Genro e Milton Temer criticaram. Acho que nós não podemos entrar na dinâmica da imprensa. O Lula deu uma entrevista de página inteira e falou, num parágrafo, que se tudo que o Antônio Ermírio falou na revista *Veja* for verdade, ele é bem-vindo no palanque das oposições. É verdade. Basta ler a entrevista do Antônio Ermírio na *Veja*. Quem quiser entrar nesse jogo da imprensa, que entre. Eu não entro.

pt notícias: Que outros flancos frágeis tem o governo FHC para a oposição apontar?

José Dirceu - O país não tem futuro nem esperança. É um governo do pragmatismo, do possível, e o possível, para a imensa maioria da sociedade, vai se transformando numa vida impossível, por falta de mudanças no país. É um governo fisiológico, dos ricos, voltado para os grandes interesses, que não tem olhos para o pequeno. E a partir do fim da inflação procura consolidar uma base populista chantageando a população com a volta da inflação e apresentando o fim do imposto inflacionário como uma grande redistribuição de renda. Mas o governo não tem nenhuma política social, não fez mudança social no Brasil. Pelo contrário, o que está acontecendo é a estruturação do regime político autoritário e do modelo econômico de concentração de renda, que continua com a mesma estrutura econômica e social. É um governo que não dialoga com a sociedade, que hostiliza, disci-

mina, deslegitima as lutas sociais e a organização.

pt notícias: Quais são os principais pontos da plataforma que está sendo construída pelos outros partidos da Frente? Isso não tem nada a ver com o Programa de Governo?

José Dirceu - Não. O que está sendo escrito é mais um Programa de Governo. O que nós vamos construir a partir dele é uma plataforma de dez pontos e medidas para os primeiros cem dias de governo. Os principais problemas que vamos ter que abordar são os que estão aí colocados pela sociedade: como criar empregos, alavancar um processo educacional, enfrentar o problema da saúde? Que resposta nós temos para a reforma agrária e para a política agrícola? Qual a nossa

política industrial e de comércio exterior? Como mexer no câmbio, no juro? Como reorganizar a abertura comercial? Como dar um choque de distribuição de renda, reforma tributária, aumento do salário mínimo, renda mínima, bolsa escola, programa alimentar? Como dar um choque democrático no país? Convocar um plebiscito para fazer uma reforma política? Fidelidade partidária, financiamento público de campanha, controle externo do Judiciário, mudança na composição da Câmara. Como combater a corrupção? Um programa de governo deve considerar um choque de distribuição de renda, um choque de moralização e ética na política, um choque de prioridade social no país. Além de um choque de nacionalismo.

pt notícias: Que recado você dá para o militante? Ele já pode ir tirando a bandeira da gaveta?

José Dirceu - O recado que eu dou é de otimismo. Nós temos que acreditar na força, na história do PT, na nossa estrela, nas nossas propostas. Ter autoconfiança, auto-estima. Ir para as ruas com Lula, ir para a luta social, apoiar a luta pela terra, por empregos. Melhorar e consolidar nossos governos, qualificar cada vez mais nossa atuação parlamentar, abrir o partido, dialogar com outras forças político-sociais, ampliar a política de alianças nos Estados, consolidar blocos de oposição com candidaturas fortes para governador, com chapas para deputado federal. Mostrar para a sociedade o que fizemos no Parlamento. Vamos renovar esse Congresso corrupto e fisiológico, atrasado, conservador. Com essa palavra de ordem, conquistar uma grande bancada de deputados e senadores. E vamos nos preparar para 98, pois somos a maior força política do Brasil.

Nós somos autores e temos impulsionadas as principais propostas sociais no país

Lula é, sem sombra de dúvidas, o melhor nome que as oposições têm no Brasil

Ciro Gomes tem um programa de continuidade do governo de FHC

Vamos nos preparar para 98, pois somos a maior força política do Brasil

mobilização

CUT lança jornada de lutas em defesa da Previdência

Para pressionar os deputados federais a votar favoravelmente aos trabalhadores quando forem apreciar o projeto de reforma da Previdência, a CUT preparou uma série de atividades. No dia 26 de setembro, a Central, junto com outras entidades (PT, MST, CMP, entre outras), lançou, em São Paulo, a Jornada de Lutas em Defesa da Previdência Pública e de Qualidade. O lançamento, na Assembleia Legislativa paulista, foi precedido de uma carreta pelas ruas do Centro da capital.

No dia 1º de outubro, foi realizada passeata, com manifestação em frente ao posto do INSS da cidade. A continuidade das mobilizações da Jornada

foi definida em reunião da direção nacional da CUT no dia 9. A próxima atividade será a instalação de painéis nas principais cidades e capitais do país, nos quais será denunciada a postura de cada parlamentar com relação aos direitos dos trabalhadores. Os painéis começam a ser instalados no dia 16 deste mês.

“Vamos às bases dos deputados mostrar aos seus eleitores como eles votam projetos de interesse dos trabalhadores. Pediremos aos cidadãos que não votem mais naqueles que prejudicam o povo”, adiantou Vicentinho. A CUT também prepara uma carreta que sairá de todas as capitais do país,

Roberto Parizotti



Manifestação em São Paulo, no dia 1º, alavancou mobilizações

rumo a Brasília. A previsão é que, no dia 12 de novembro, os participantes cheguem à Capital Federal, onde farão manifestação em frente ao Congresso Nacional. “Será

um encontro do Brasil inteiro, quando lutaremos para melhorar nossa situação e combater tudo aquilo que está contra os trabalhadores”, resume o sindicalista.

Projeto prejudica os trabalhadores

O Senado aprovou na última quarta-feira, 8, o projeto de reforma da Previdência, que segue agora para a Câmara dos Deputados. Pelo texto, o trabalhador só poderá se aposentar quando tiver no mínimo 60 anos de idade (homens) ou 55 (mulheres), desde que tenha contribuído pelo menos 35 anos ao INSS. “Infelizmente, as condições para a aposentadoria dos trabalhado-

res em geral se tornaram ainda mais amargas”, avalia o líder do Bloco das Oposições no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE).

Dutra destaca, contudo, um avanço conseguido na reforma: o fim das aposentadorias especiais para magistrados e militares, esta última resultado de um destaque do petista. “Acabou o tratamento desigual, que privilegiava alguns

felizardos”, comentou o líder.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, o projeto é discriminatório. “O trabalhador mais pobre será prejudicado, porque ele entra no mercado de trabalho mais cedo e terá de trabalhar mais para poder se aposentar, ao contrário dos que têm condições de estudar e começar a trabalhar

mais tarde”, argumentou.

Vicentinho mostra-se cético quanto ao fim dos privilégios dos juizes e militares. “Pode ter certeza de que, na Câmara, as aposentadorias especiais voltam. Precisamos ficar atentos a isso”, acredita. “Para mim, isso não passou de propaganda do Antônio Carlos Magalhães (presidente do Senado, do PFL)”, justifica.

Entidades populares traçam ações conjuntas em dezembro

No dia 6 de dezembro, um encontro, com a presença estimada de mais de 10 mil militantes e dirigentes de diversas entidades do movimento popular e dos partidos políticos de oposição, traçará uma plataforma comum de lutas e uma agenda unitária de ações contra o neoliberalismo, pela reforma agrária, contra o desemprego e por justiça.

Resultado da Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, realizada em abril deste ano, o encontro será precedido de uma Marcha pelo Emprego, no dia 5 de dezembro, que terá o foco central na cidade de São Paulo, mas que também deverá contar com manifestações semelhantes em diversos pontos do país.

A intenção dessas mobilizações está expressa na Carta de Brasília, documento elaborado pelos participantes da Conferência. “Nosso objetivo é a promoção de novos direitos e a defesa dos direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, hoje em processo de desmonte pelo autoritarismo inerente ao projeto neoliberal do Poder Executivo.”

As reivindicações são mui-

tas: reforma agrária já, reforma urbana, redução da jornada de trabalho sem redução do salário, defesa do Sistema Único de Saúde, por uma política de habitação popular, defesa da educação pública e gratuita, pela implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, contra a fome, a miséria e pela vida, garantia de terra para os povos indígenas e remanescentes de quilombos são algumas delas.

O local das manifestações ainda será definido nas próximas reuniões da coordenação do encontro, da qual participam PT, PCdoB, PSB, PDT e PSTU, União Nacional de Estudantes (UNE), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong).

A mobilização, apesar de concentrada em São Paulo, terá caráter nacional, e, para isso, foram formados comitês regionais que organizarão as atividades nos Estados. Até o dia 25 de novembro, prevêem os organizadores, estarão definidas as propostas de plataforma e agenda de ações para o ano que vem.

Organizações comunitárias da América Latina fazem encontro



O 6º Encontro da Frente Continental de Organizações Comunitárias (FCOC) será realizado em Porto Alegre (RS), de 30 de outubro a 2 de novembro deste ano. Organizado pela Central de Movimentos Populares (CMP), com apoio da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, da CUT/RS, entre outros, o encontro pretende ser um espaço de denúncias das violações aos direitos humanos na América Latina e terá como tema *Pela Humanidade Contra o Neoliberalismo*.

A FCOC, segundo Sônia Hypólito, secretária nacional de Movimentos Populares do PT, surgiu da necessidade de conhecer e articular as experiências das entidades populares da América Latina e Caribe. Na pauta do encontro constam conferência sobre a conjuntura

latino-americana e perspectivas de construção dos movimentos populares; projeto de construção de uma nova sociedade; painéis sobre as lutas das mulheres, juventude, questões étnicas, experiências de lutas armadas e a institucionalidade.

Entre os convidados para conduzir as conferências estão Frei Betto, representantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional, de Chiapas (México), Nicarágua, entre outros.

O programa prevê também visita das delegações às comunidades de Porto Alegre, na qual os participantes conhecerão o processo de participação popular no governo da capital, que está pela terceira vez sendo administrada por um prefeito do PT. No dia 1º de novembro, a Comissão da FCOC prestará homenagem a Che Guevara no Memorial aos Desaparecidos, tendo como convidados João Pedro Stédile (MST) e representantes de Cuba e Argentina.

Para maiores informações sobre critérios de participação, os contatos são: CMP/SP, tel. (011) 288-1694, CMP/RS, tel. (051) 225-2377, e Secretaria Nacional de Movimentos Populares do PT, tel. (011) 233-1380, e-mail pt.movpopular@nuetnet.com.br.

rápidas

Secretarias começam a fazer planejamento

Várias secretarias nacionais do Partido dos Trabalhadores começam a planejar os trabalhos para o próximo período. Na pauta, o comum em todas é a análise da conjuntura e o estabelecimento das ações que desenvolverão. A de Assuntos Institucionais reuniu-se, com os secretários estaduais, nos dias 10 e 11 últimos, quando discutiram o acompanhamento dos governos petistas e reestruturação das secretarias.

Nesta segunda-feira, 13, a Secretaria Agrária Nacional (SAN), junto com o Núcleo Agrário do PT na Câmara dos Deputados e os secretários estaduais, discutirão calendário de lutas, proposta do Partido para a agricultura, a questão dos conflitos por terra no país e a situação de José Rainha, líder do MST.

Nos dias 18 e 19 deste mês, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares também analisará, com os secretários estaduais, a agenda de mobilização, relação dos movimentos populares com as administrações democráticas e populares.

Comissão de Estatuto define prazo de trabalho

A Comissão criada para preparar o novo estatuto do PT, a ser apreciado durante o Encontro Extraordinário, nos dias 12 e 13 de dezembro, reuniu-se nos dias 9 e 10 e fixou o calendário de trabalho. Até o dia 10 de novembro, a Comissão enviará aos diretórios regionais e delegados que participaram dos últimos encontros partidários o relatório sobre a primeira fase de seus trabalhos. Até 25 de novembro, a Comissão receberá o retorno do relatório, que será concluído em 5 de dezembro. A Comissão já adiantou que o novo estatuto incluirá o Regimento Interno do PT.

Nordestinos debatem fontes de recursos

No dia 17 deste mês, os prefeitos petistas da região Nordeste participaram de encontro, em Fortaleza (CE), para debater o tema Fontes de Financiamento para Prefeituras Municipais. Promovido pelas secretarias Estadual de Políticas Públicas do PT-CE e Nacional de Assuntos Institucionais, o evento terá a participação de técnicos do Banco do Nordeste, que farão explanações sobre acesso a linhas de crédito da instituição.

Prefeito de Betim reassume funções

O prefeito Jéssus Lima (foto), de Betim (MG), que sofreu atentado no dia 29 de agosto, levando cinco tiros de um desconhecido, teve alta do Hospital Regional da Cidade no dia 30 de setembro e desde o dia 2 de outubro já está despachando do local onde se restabelece. Sua primeira medida foi encaminhar o orçamento de 98 para a Câmara. A peça foi elaborada junto com a população, pelo sistema de orçamento participativo, do qual o prefeito compareceu a todas as plenárias, menos a final, por causa do atentado. A Polícia ainda não tem pistas do criminoso.



Luz e Biscaia filiam-se ao PT

O ex-delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro Hélio Luz e o ex-procurador-geral de Justiça fluminense Antônio Carlos Biscaia filiam-se ao PT no dia 1º de outubro. Participaram do ato diversas lideranças regionais, Lula e o presidente nacional do Partido, José Dirceu. Para Lula, a entrada dos dois proporcionará que o PT elabore “a melhor proposta de segurança pública do país”.

OUTUBRO

- 12 Dia Nacional de Luta por Creche
- 17 e 18 Curso de Formação Política do PT-Paraná - 3ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba
- 17 a 19 Seminário da Conen (Coordenadoria Nacional de Entidades Negras). Informações: (031) 277-4638, com Marcos Cardoso. Belo Horizonte (MG)
- 30 a 2 de novembro - VI Encontro da FCOC. Porto Alegre (RS)

NOVEMBRO

- 6 a 9 II Congresso Nacional de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte
- 11 Seminário E Agora. Brasil. Porto Alegre (RS)
- 17 a 21 Conferência Ameríndia de Educação/ Congresso de Professores Indígenas do Brasil. Informações (065) 624-8050/644-1191. Cuiabá (MT)
- 20 Dia da Consciência Negra
- 24 Encontro de Intelectuais de Esquerda: É Possível um Projeto Nacional de Esquerda. Rio de Janeiro
- 25 Dia Latino-Americano contra a Violência às Mulheres

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
- Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
- Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
Endereço _____
Profissão _____ Tel _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____
Sexo: Masc. Fem.
Filiado ao PT: Sim Não

notícias

Ato mostra que País tem oposição



DN discute governo do Espírito Santo



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 224-1953